



**Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Secretaria de Planejamento e Gestão**

1 Informações Gerais

Ata Reunião de Apresentação e Apreciação da Proposta Orçamentária 2024 do TJCE

Data: 28/08/23

Horário: 10h-12h

Local: Híbrida (Sala virtual Teams e sala de reuniões da Presidência no Fórum Clóvis Beviláqua)

Pauta: Apresentação e Apreciação da Proposta Orçamentária 2024 do Poder Judiciário Estadual ao Comitê Orçamentário de 1º grau

Ata elaborada por: Maria Rafaela de Oliveira Freitas e Thoyo Braulio Ferreira Pontes, Coordenadoria de Planejamento Orçamentário

2 Lista de Participantes

Nome	Cargo/Lotação
Juiz Dr. Marcelo Roseno De Oliveira	Juiz Auxiliar da Presidência - Assessor de Articulação Interna para o Primeiro Grau
Ana Kayrena da Silva Freitas	Juíza-Corregedora Auxiliar, representada pelo Juiz Agenor Studart Neto
Elison Pacheco Oliveira Teixeira	4º Juizado Auxiliar dos Juizados Especiais de Fortaleza, Magistrado escolhido pela Presidência a partir de lista de inscritos
Josilene de Carvalho Sousa	1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará, Magistrada eleita por votação direta entre os(as) magistrados(as) do primeiro grau;
José Maria dos Santos Sales	30ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, Magistrado eleito por votação direta entre os(as) magistrados(as) do primeiro grau;"
Jose Hercy Ponte De Alencar	Presidente da ACM
Abelardo Rodrigues Cavalcante	Servidor lotado no Gabinete da Presidência, escolhido pela Presidência
Fabio José de Lima Chagas Irmão	Diretoria do Fórum da Comarca de Crateús, escolhido pela Presidência a partir de lista de inscritos
Hadjefferson Marreiro e Silva	Secretaria Judiciária de 1º Grau, eleito por votação direta entre os servidores
Antônio Marcos da Silva Araújo	2ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Fortaleza, eleito por votação direta entre os servidores
Sérgio Mendes de Oliveira Filho	Superintendente da Área Administrativa (<i>apoio técnico</i>)

Marcus Augusto Vasconcelos Coelho	Secretário de Finanças (<i>membro titular dos comitês de 1º e 2º graus como representante da Secretaria de Finanças</i>)
Rafaella Lopes Ferreira	Secretária de Planejamento e Gestão (<i>apoio técnico</i>)
Renata Silveira Meneses	Gerente da Estratégia Institucional (<i>apoio técnico</i>)
Pedro Helker	Diretoria do Sindjustiça
Francisco Vagner Lima Venâncio	Diretoria do Sindojus
Carlos Eduardo Oliveira de Mello	Diretoria do Sindojus
Maria Rafaela de Oliveira Freitas	Coordenadora de Planejamento Orçamentário – SEPLAG (<i>apoio técnico</i>)
Thoyo Braulio Ferreira Pontes	Coordenadoria de Planejamento Orçamentário-SEPLAG (<i>apoio técnico</i>)

3 Pontos discutidos

1. Inicialmente, após a apresentação do processo de planejamento orçamentário e de todo o seu marco legal, foi contextualizada a evolução do orçamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará em uma série histórica (2015-2024), em que foram detalhadas tanto as receitas quanto as despesas por fonte de recursos e grupo ao longo desse período.
2. A série histórica demonstra que o orçamento global do Poder Judiciário do Estado do Ceará apresenta uma tendência de crescimento ao longo dos anos, com uma grande alavancagem principalmente no período pós-pandemia, que se observa a partir de 2022, com crescimento de 17,15% em relação a 2021, o que se deve sobretudo à retomada de implementações de demandas orçamentárias que haviam sido contingenciadas devido ao estado de calamidade pública no período da pandemia (2020-2021), que envolvem gastos com contratação de pessoal, manutenção e investimento do órgão. Relatou-se ainda o crescimento de 34,11% do orçamento global de 2023 em relação a 2022 e de 55,44% do orçamento global de 2024 em relação a 2023, superando o patamar de 2 bilhões no orçamento global de 2024, o que reforça a importância da capacidade de negociação do Poder Judiciário Estadual junto ao Executivo na liberação de recursos da fonte Tesouro, bem como no aumento da capacidade de arrecadação própria do Tribunal.
3. Quando se observa a distribuição das despesas por grupo, a série histórica revela que os três grupos (pessoal, custeio e investimento) têm apresentado tendência de crescimento, embora a maior fatia do orçamento global ainda seja destinada às despesas com Pessoal (cerca de 69,59% em 2023). No entanto, as despesas com Investimentos têm sido alavancadas principalmente a partir de 2018, muito decorrente das melhorias trazidas pelos processos de implementação e aprimoramento do planejamento e governança do orçamento do Poder Judiciário Cearense, que permitiram melhorias na infraestrutura física e tecnologia, por meio da execução do Plano de Obras, Programa Mais Interior e, na área de transformação digital, através do Promojud.
4. Quanto à Proposta Orçamentária para 2024, observou-se na fonte Tesouro que o total do gasto Projetado com Pessoal e Encargos totalizou R\$ 1.435.940.503,76, sendo R\$ 1.077.796.985,65 destinado ao 1º grau e R\$ 358.143.518,11 destinado ao 2º grau, o que representou um crescimento de 15,29% em relação ao orçamento de 2023, decorrente principalmente de novas implementações previstas em folha, com vistas a ampliar a capacidade de atendimento do Judiciário cearense e aprimorar a eficiência e a eficácia da Justiça estadual, como a criação de 50 cargos de Assessores no 2º grau, 220 de Assistentes de apoio judiciário no 1º grau, 55 cargos no 1º grau decorrentes de criação

de 5 novas unidades judiciárias (6 de Juiz de Direito de Entrância Final; 1 de Juiz de Direito de Entrância Intermediária; 16 de Técnico Judiciário; 14 de Analista Judiciário e 18 de comissionados), bem como de 53 cargos de Oficial de Gabinete no 2º grau, transformação dos 405 cargos de Supervisor de unidade judiciária em Diretor de Secretaria/Gabinete e Reajuste do Acúmulo de Acervo.

5. Ainda na fonte Tesouro tem-se que o total do gasto Projetado com Custeio para 2024 foi de R\$ 371.855.461,43, sendo R\$ 278.257.894,65 destinado ao 1º grau e R\$ 93.597.566,77 destinado ao 2º grau, o que representou um crescimento de 64,69% em relação ao orçamento de 2023, decorrente principalmente de novas implementações previstas em folha como a implantação da Indenização dos Plantões Judiciais, o reajuste da Indenização de Ajuda de Custo por Exercício Cumulativo de Função, bem como a criação dos cargos relatados anteriormente, que geram a obrigação de pagamento de verbas indenizatórias como auxílio-alimentação e auxílio-saúde, e reajustes dos auxílios saúde e alimentação que impactam diretamente em despesas de custeio.

6. Observou-se que a Projeção de gastos com Pessoal e Encargos para 2024 mantém-se num nível sustentável do ponto de vista de sua adequação aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com percentual calculado previsto de 4,37% em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) projetada para 2024, portanto, bem abaixo do nível de alerta que é 5,4% para o Poder Judiciário.

7. No que se refere ao percentual de limite de gastos com pessoal do Poder Judiciário Estadual projetado para 2024, foi levantado o ponto de que o percentual deve ser impactado em decorrência do reajuste geral dos servidores do ano seguinte, mas que há uma margem segura para crescimento, tendo em vista que o reajuste segue o percentual a ser adotado pelo Executivo.

8. Foi ainda relatado sobre os comparativos de crescimentos dos orçamentos de 2023 e 2024 quando relacionados ao ano imediatamente anterior. Chamou-se a atenção para o fato de que eles foram acima da inflação, mostrando um crescimento real acima de 10% para 2024.

9. Quanto às fontes próprias do Poder Judiciário Cearense, através de seus três fundos (FERMOJU, FUNSEG e FECDOJ), tem-se apresentado um cenário projetado para 2024 de sustentabilidade financeira-orçamentária, tendo em vista que as projeções estimadas de receitas do exercício são suficientes para cobrir todos os gastos projetados de manutenção/custeio continuados, inclusive os investimentos previstos dos projetos estratégicos aprovados, como o Plano de Obras e o Mais Interior no âmbito do FERMOJU e as melhorias trazidas pelo projeto de Segurança dos Fóruns no âmbito do FUNSEG.

10. Ressalta-se que essa melhoria que se tem observado na arrecadação própria do Poder Judiciário Cearense nesse período pós pandemia, especialmente para 2022, 2023 e 2024, não tem ocorrido de forma eventual mas sim de forma continuada para todas as receitas correntes, em especial as provenientes de taxas de custas e emolumentos judiciais e extrajudiciais, reflexo da melhoria da produtividade do judiciário cearense e do controle e monitoramento dos cartórios, da remuneração dos depósitos bancários e aplicações financeiras, reflexo do aumento da taxa de juros Selic e de negociação junto aos bancos oficiais, e da venda de selos de autenticidade.

11. No que diz respeito aos projetos aprovados no âmbito do Programa de Modernização do Judiciário Cearense (Promojud), a proposta orçamentária para 2024 contempla o montante de despesas previstas de R\$ 43.933.505,43 lastreadas pela fonte de operações de crédito externas provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, que garantirão a execução de projetos considerados estratégicos focados na transformação digital, no aprimoramento dos serviços ao cidadão e no fortalecimento da governança e da gestão.

4 Encaminhamentos/Deliberações/Compromissos

Compromisso	Prazo	Responsável
1-A título de sugestão e para posterior análise, Dr. José Hercy Ponte De Alencar, Presidente da ACM, compartilhou a iniciativa em estudo por outros Tribunais de taxar as consultas que magistrados fazem aos sistemas Renajud, Bacendjud, Infojud, com finalidade de incremento na arrecadação do Fermoju. Ficou com o compromisso de enviar à Seplag os modelos utilizados pelos outros tribunais	-	Dr. José Hercy Ponte De Alencar (Presidente da ACM)
2-Dr. Marcelo solicitou para a próxima reunião trazer comparativo do orçamento 2024 com acervo processual e quadro funcional nas duas instâncias. Nesse sentido, a Seplag irá realizar comparativo tanto de distribuição de força de trabalho como de acervo (incluindo casos novos) a fim de realizar análise crítica.	25/09/23	Seplag
3-Sr. Fábio Chagas, representante do sindicato dos Oficiais de Justiça, Solicitou dados relativos ao crescimento do número de mandatos em relação ao número de oficiais de justiça (principalmente os oficiais que atuam no interior do Estado) para fins de comparação com orçamento do Fecodj. As informações devem ser relativas à projeção, dados atuais e dados de anos anteriores.	25/09/23	Seplag
4-Sr. Pedro Helker, representante do Sindjustiça, solicitou o quantitativo de servidores e colaboradores, incluindo os percentuais do 1º Grau e do 2º Grau, além do quantitativo de servidores cedidos em todo o Estado do Ceará no TJCE. Sugeriu que, em outro momento, possam ser discutidas soluções para a questão orçamentária quanto à substituição dos cedidos e que os demais participantes possam levar sugestões que contribuam para esse ponto. Ele ainda cita a criação de cargos, resgate de concursos e de atribuições.	-	Seplag
5-Dra. Josilene de Carvalho Sousa Reforçou o pedido feito por Sr. Pedro Helker, que solicitou o quantitativo de servidores cedidos. Ademais, sugeriu que o processo de substituição seja realizado de forma setorizada e trabalhando cada setor, a fim de realizar estudo e colocar no plano de ação.	-	Seplag

Pautas para a próxima Reunião (25/09/23)

1-Eleição do coordenador
2-Estabelecimento do cronograma de reuniões
3-Apresentação de dados solicitados: dados comparativos do orçamento com acervo e distribuição de força de trabalho.

5 Aprovações

Segue ata da reunião sobre Apresentação e Apreciação da Proposta Orçamentária 2024 do Poder Judiciário Estadual ao Comitê Orçamentário de 1º grau realizada no dia 28.08.2023 para análise. As manifestações de correções ou acréscimos devem ser enviadas até o dia 08.09.2023. Caso não haja proposta de modificação até tal data, a ata será considerada aprovada.